

GIOVANNA MAZZARO VALENZA

OS ARGUMENTOS DE ANALOGISTAS E ANOMALISTAS NA OBRA *DE LINGUA LATINA* DE VARRÃO: TRADUÇÃO E ANÁLISE DE EXCERTOS.

**CURITIBA
2006**

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre analogia e anomalia tem início na Antigüidade, de modo discreto¹, e caracteriza-se por pontos de vistas diferentes entre autores de duas escolas: geralmente os anomalistas eram filósofos estóicos e os analogistas filólogos e críticos alexandrinos. Como descreve Coradini (1999, p. 472), os primeiros argumentavam de forma mais genérica, dogmática e com tendências à aniquilação do adversário; já a argumentação dos segundos é técnica, objetiva e concessiva. Para os analogistas, a língua seria regida pelo princípio da regularidade; para os anomalistas, pelo princípio da irregularidade.

A causa do embate, segundo J. Collart (*apud* Coradini, 1999, p. 460) surge com os filósofos e filólogos gregos, que discutiam se a língua era originariamente natural, ou seja, as palavras representavam a essência das coisas, ou se era convencional, produto de contrato social consagrado pelo uso. Tal debate, posteriormente, teria sido superado e substituído pelo da analogia e anomalia. Como lembra Coradini (1999, p. 460-1),

Alguns estudiosos, atentos às declinações e conjugações, aproximavam palavras e paradigmas, evidenciando o que havia de semelhante na articulação da língua. De modo geral os analogistas consideravam a linguagem como uma criação convencional, cujos elementos o homem pode conhecer e comutar, como um instrumento útil. Outros, atentos à multiplicidade dos paradigmas e aos numerosos ‘casos de exceção’, afirmavam a futilidade das regras e dos princípios gerais; declaravam que a anomalia, a “a-norma”, reina sobre a linguagem, isso porque esta é uma criação perfeita e superior, que não se submete a regras que pretendem dirigir sua práxis.

¹ Varrão cita, no *De Lingua Latina*, nomes de autores que discutiram ambos, como, por exemplo, Crates de Malos e Sexto Empírico, mas não fala em datas, o que torna difícil uma cronologia do embate.

Mas é com Varrão que o assunto ganha maiores proporções. Na obra *De Lingua Latina*, o autor estuda estes dois pontos de vista e tenta conciliá-los. Para ele, analogia e anomalia existem simultaneamente.

Apesar de ser de extrema importância para os estudos de História da Linguística, a obra de Varrão não tem tradução para o português. Os seus estudos gramaticais, que influenciaram principalmente as diretrizes de gramáticas das línguas neo-latinas, ainda têm de ser lidos no original ou em outra língua. É necessário, portanto, que se faça um estudo aprofundado da obra citada, pois ela permite entender a língua latina do ponto de vista de uma teoria específica, elaborada por um falante dessa língua, e ainda conhecer as origens e influências de gramáticas de outras.

Este trabalho pretende contribuir com a tradução e análise de alguns trechos que exemplificam a discussão analogia *versus* anomalia na obra de Varrão, bem como um breve histórico dessas duas posições e a solução de Varrão para o embate.

2 AUTOR E OBRA

Marco Terêncio Varrão (*Marcus Terentius Varro*) nasceu em Reate, no ano de 116 a.C., e morreu em 27 a.C. Publicou diversas obras (cerca de 600 livros), mas só duas chegaram até nós: o *De Re Rustica*, um tratado sobre agricultura, e o *De Lingua Latina*, um estudo sobre a língua latina.

O *De Lingua Latina* era composto de 25 livros, mas destes restaram apenas 6 completos e excertos de outros. Do que resta da obra, pode-se ver que trata de etimologia, nos livros V-VII, e de morfologia, nos livros VIII-X.

Os estudos de Varrão sobre etimologia receberam críticas de muitos autores por apresentarem problemas, que são, na verdade, problemas de toda a Antigüidade. Os gregos já haviam cometido deslizos nessa área, e os romanos seguiram pelo mesmo caminho. Isto acontece, dentre tantos outros motivos, porque alguns autores derivaram palavras latinas de palavras gregas somente pelo fato de elas possuírem forma e significados semelhantes (Pereira, 2000, p. 56). Na *Institutio Oratoria*, Quintiliano critica o costume dos que trataram de etimologia:

Falemos agora daquelas miudezas com as quais se atormentam sobretudo os apaixonados pela disciplina, que freqüentemente e de muitas maneiras procuram reconduzir a seu verdadeiro étimo as palavras que sofreram leve alteração, seja por meio de abreviações ou alongamentos, acréscimos ou supressões, seja permutando letras ou sílabas. Daí se deixarem levar, dada sua má índole, pelos mais terríveis absurdos. (*apud* PEREIRA, 2000, pp. 154-155)

Como lembra Robins (1983, p. 43), alguns desses escritores, entre os quais Varrão, não souberam distinguir etimologia histórica e formação sincrônica de palavras por meio de derivação e flexão, tendo como resultado observações relevantes no campo da sincronia e quase inúteis no campo da diacronia. Neste último campo está o estudo

sobre a origem das palavras (etimologia), que, segundo Coradini (1999, p. 457), “se vincula às vicissitudes da história da língua” e naquele campo está o estudo sobre as formas das palavras, que “se prende ao sistema lingüístico, entidade vigente em função do aqui-agora da língua, que, por sua vez, responde às necessidades imediatas de comunicação”. (CORADINI, 1999, p. 457)

Tem-se aqui claramente a diferença entre *impositio* e *declinatio*: as formas primitivas são *imposita*, isto é, estabelecidas, e as formas flexionadas são *declinata*, ou seja, mudadas pelas flexões.

É importante, pois, ressaltar a diferença das duas, pois, segundo Coradini, “se a *impositio* cria o léxico e motiva seu estudo histórico, que constitui objeto da etimologia, a *declinatio* gera o sistema multiplicador da língua que é uma operação morfológica, sincrônica”. (1999, p. 458)

Os livros em que Varrão trata de morfologia são muito estudados, pois apresentam discussões ainda relevantes no campo da lingüística. É neles que se apresenta e discute o embate analogia *versus* anomalia.

No livro VIII, Varrão expõe e critica os argumentos dos anomalistas, que são contra o princípio de regularidade (analogia) na língua; no livro IX, o autor reúne e combate os argumentos dos analogistas, que são contra a o princípio da irregularidade na língua (anomalia); e no livro X, Varrão aponta para a validade de ambos os princípios e a importância de utilizá-los conjuntamente. Nesses livros, há uma exposição extensa de ambos os pontos de vista e, segundo Robins (1983, p. 37), “grande parte da sua descrição e análise do latim decorre do tratamento que [ele] deu a esse problema”.

Para Varrão, há uma forma reta da palavra e as formas oblíquas, que se declinam a partir dessa forma reta. A este processo dá-se o nome de *declinatio*, palavra traduzida pela tradição gramatical como flexão ou declinação. Segundo ele, há dois tipos

de *declinatio*: a *naturalis*, o que chamamos hoje de flexão, e a *voluntaria*, que conhecemos como derivação.

A flexão é o processo pelo qual uma palavra-base recebe afixos, fazendo com que a mesma palavra tenha terminações diferentes. Tem-se, por exemplo, a palavra *menina*. Para formar seu plural, torna-se necessário colocar um –s no final. Assim, temos *meninas*.

Este processo é chamado de flexão porque não gera palavras novas, mas as transforma de acordo com sua necessidade sintática ou semântica, em formas gramaticais diferentes de uma mesma palavra. Formas diferentes de uma mesma palavra são usadas de modo natural. Nas palavras de Varrão,

“(...) naturalem declinationem dico, quae non a singulorum oritur uoluntate, sed a communi consensu. (...)”² (VIII, 22)

No processo de derivação, a mudança também se dá pelo acréscimo de um afixo, mas acontece a geração de novas palavras a partir de palavras primitivas. Tem-se, por exemplo, o substantivo *leitura*, que é derivado do verbo *ler*. A geração de um novo vocábulo acontece de forma voluntária, sem sistematização. Como afirma Varrão,

“(...) uoluntariam est, quo ut cuiusque tulit uoluntas declinavit. (...)”³ (VII, 21)

Esta discussão entra nas questões sobre analogia e anomalia na obra de Varrão. E para entender melhor essa dicotomia, torna-se necessário esclarecer alguns conceitos, que seguem nos próximos capítulos.

² “(...) eu chamo de declinação natural aquela baseada não na vontade dos indivíduos, mas no (con)senso comum. (...)” [Tradução minha]

³ “(...) a (declinação) voluntária é aquela cujo produto vem da vontade de cada indivíduo. (...)” [Tradução minha]

3 ANALOGIA

O processo da analogia (regularidade) trata a linguagem como criação convencional e permite sistematizar a língua. Ou seja, uma vez que se conhece o paradigma de uma conjugação em determinado tempo verbal, por exemplo, pode-se saber que qualquer outro verbo da mesma conjugação terá as mesmas formas naquele tempo verbal.

A analogia permite mostrar uma forma flexionada de qualquer palavra, se esta se encaixar no paradigma regular de flexão. Se esse princípio não existisse, como ressaltava Varrão, saberíamos muito menos palavras, pois teríamos que decorar todas as formas flexionadas delas:

“Declinatio inducta in sermones non solum Latinos, sed omnium hominum utili et necessaria de causa: nisi enim ita esset factum, neque discere tantum numerum verborum possemus (infinite enim sunt nature in quas ea declinantur) neque quae didicissemus ex his, quae inter se rerum cognatio esset, appareret. At nunc ideo videmus, quod simile est, quod propagatum. (...)”⁴ (VIII, 3)

Para os analogistas, a linguagem é uma criação convencional, “cujos elementos o homem pode conhecer e comutar, como um instrumento útil”. (CORADINI, 1999, p. 460)

⁴ “O sistema de declinações foi introduzido não apenas na língua latina, mas em todas as línguas do homem, porque é útil e necessária; se este sistema não tivesse sido desenvolvido, nós não poderíamos aprender um número tão grande de palavras quanto aprendemos (pois são infinitas na natureza as formas em que são declinadas), e não teríamos aprendido as que vêm destas, e quais provêm da relação que têm entre si. Mas, como é assim, nós vemos, por essa razão, quais são parecidas e quais delas se propagam. (...)” [Tradução minha]

Em Aristóteles já era possível encontrar a preferência pela analogia: “a linguagem resulta da convenção, visto que nenhum nome surge naturalmente”. (ROBINS, 1983, p. 15)

Os analogistas procuravam na língua as regularidades dos paradigmas formais. A partir desses paradigmas, palavras que seguem os mesmos paradigmas, como, por exemplo, os temas em -o- da segunda declinação ou os temas em -a- da primeira teriam as mesmas terminações morfológicas. Eles buscavam, também, relações entre forma e significado. Segundo Robins (1983, p. 16), “essas espécies de analogia constituem parte central da morfologia, e sem elas os paradigmas de diferentes classes e subclasses de palavras (declinações e conjugações em latim e grego) aos quais se reduzem os padrões regulares não poderiam ser descobertos”.

A analogia tem uma significativa importância também na medida em que tenta propor, como cita Robins (1983, p. 16), “a denominação semântica das categorias gramaticais, como a de singular e plural ou como as dos casos nominais”. Alguns analogistas tentaram até mesmo reformular os paradigmas irregulares do grego em proveito da regularidade analógica.

Coradini explica melhor quem eram os estudiosos desse princípio (1999, p. 463-4):

Os analogistas não eram filósofos profissionais. Eram, na maioria, filólogos, críticos e eruditos da escola de Alexandria. Partidários da teoria da origem da língua como convenção, eles estudavam a gramática por ela mesmo, independentemente de polêmicas filosóficas, para atender às necessidades práticas e torná-la uma ciência. A analogia era um método de análise praticado normalmente na Academia e no Liceu. Platão falava desse método como aplicável às ciências matemáticas donde passou para outras ciências. Aristóteles estendia-o à zoologia e à gramática. Teofrasto, seu discípulo, aplicava-o à botânica e à medicina. Confirmando essa tradição, Varrão também explica que a analogia gramatical se apóia nas relações (pitagóricas)

de proporção aritmética (X, 43). Se este princípio foi rejeitado pelos filósofos estóicos, ele foi recebido pelos alexandrinos, enquanto filólogos. Isso ajuda a esclarecer as causas longínquas da querela analogia-anomalia e ao mesmo tempo a entender a metodologia mais científica e menos filosófica que os alexandrinos imprimiram ao estudo da gramática. Dionísio Trácio, meio alexandrino, dizia que a ‘consideração da analogia’ é parte importante da língua. E, segundo Carísio, Aristófanes de Bizâncio já havia estabelecido cinco (*sic*) critérios para reconhecer a relação analógica entre palavras: a) a mesma categoria, isto é, nome, verbo etc.; b) o mesmo caso; c) a mesma desinência; d) o mesmo número de sílabas; e) o mesmo som; f) a mesma estrutura: palavras simples ou compostas.

3.1 VARRÃO CONTRA O PRINCÍPIO DA ANALOGIA (*DE LINGUA LATINA*, LIVRO VIII)

No livro VIII, Varrão apresenta o princípio da anomalia, muito estudado e defendido pelos estóicos: estes têm vários argumentos contra a analogia, expostos dialeticamente, não sem violência e com um forte tom doutrinário, tais como: “a analogia é contrária à natureza, ela não responde ao critério de utilidade, de clareza, brevidade e beleza; a analogia é reguladora, mas a anomalia é soberana no uso da língua; regra e uso se contrariam; portanto, não há regra nem analogia”. (CORADINI, 1999, p. 462-3)

Alguns dos argumentos contra a analogia podem ser percebidos nestes trechos do *De Lingua Latina*:

“Quare cum, ut in vestitu aedificiis, sic in supellectile cibo ceterisque omnibus quae usus causa ad vitam sunt assumpta dominetur inaequabilitas, in sermone quoque, qui est usus causa constitutus, ea non repudianda.”⁵ (VIII, 30)

“(...) Quas si quis servet analogias, pro insano sit reprehendendus. Non ergo ea est sequenda.”⁶ (VIII, 33)

“Denique si est analogia, quod in multis verbis est similitudo verborum, sequitur, quod in pluribus est dissimilitudo, ut non sit in sermone sequenda analogia.”⁷ (VIII, 37)

“Postremo, si est in oratione, aut in omnibus eius partibus est aut in aliqua: at in omnibus non est, in aliqua esse parum est, ut album esse Aethiopa non satis est quod habet candidos dentes: non est ergo analogia.”⁸ (VIII, 38)

Juntamente com os argumentos teóricos, são apresentados exemplos que vão contra a analogia: formas defectivas ou aberrantes, formas duplas, aportes estrangeiros e as aproximações forçadas. (CORADINI, 1999, p. 462-3)

⁵ “Logo, como a diferença prevalece não somente nas roupas e nas construções, mas também nos móveis, na comida, e em todas as outras coisas que usamos em nosso cotidiano, o princípio da anomalia não deve ser rejeitado na fala humana também, o qual foi construído pelo intuito do uso.” [Tradução minha]

⁶ “Se qualquer um persistisse no uso de ‘formas regulares’, ele seria repreendido como louco. Esta forma de analogia, portanto, não deve ser seguida.” [Tradução minha] Isto é, caso quisesse usar formas regulares para aquelas palavras que são irregulares.

⁷ “Finalmente, se a analogia existe pela razão de que em muitas palavras há uma semelhança de palavras e formas, porque há diferenças em um grande número de palavras, segue que o princípio da analogia não deve ser seguido na fala.” [Tradução minha]

⁸ “Enfim, se a analogia existe na fala, existe ou em todas as suas partes ou em alguma única parte; mas não existe em tudo, e não é suficiente que exista em uma alguma única parte; o fato de um etíope ter dentes brancos não é suficiente para dizer que ele é inteiramente branco: logo, a analogia não existe.” [Tradução minha]

3.2 DE LINGUA LATINA: TRADUÇÃO DOS PARÁGRAFOS 58-60 DO LIVRO VIII

Para exemplificar os argumentos dados por Varrão contra o princípio da analogia, proponho a tradução de um trecho que trata dos verbos:

58. Praeterea cum sint ab eadem origine verborum vocabula dissimilia superiorum, quod simul habent casus et tempora, quo vocantur participia, et multa sint contraria ut amo amor, *lego legor*, ab amo et eiusmodi omnibus verbis oriuntur praesens et futurum ut amans et amaturus, ab eis verbis tertium quod debet fingi praeteriti, in lingua Latina reperiri non potest: non ergo est analogia. Sic ab amor legor et eiusmodi verbis vocabulum eius generis praeteriti temporis fit, ut amatus, neque praesentis et futuri ab his fit.

58. Além disso, uma vez que há outras palavras que também se originam de verbos, mas são diferentes das acima, porque elas têm ao mesmo tempo casos e tempos, donde são chamadas de participios⁹, e muitos verbos têm formas opostas, como *amo* (eu amo)¹⁰, *amor* (eu sou amado), *lego* (eu escolho), *legor* (eu sou escolhido),¹¹ de *amo* e de todos os verbos desta espécie são originados o presente e o futuro, como *amans*¹² (que ama, amante) e *amaturus*¹³ (há de amar, prestes a amar), destes verbos a terceira forma que deveria ser feita, denominada de pretérito, não pode ser encontrada na língua latina¹⁴: portanto, não há analogia. Então também de *amor*, *legor* e

⁹ Os participios são adjetivos verbais e se declinam como nomes.

¹⁰ Mantive todas as palavras do latim que servem como exemplo para os argumentos de Varrão e as traduzi em parênteses.

¹¹ Por formas opostas entende-se aqui a oposição ativo-passivo: *amo* (presente do indicativo ativo), *amor* (presente do indicativo passivo); *lego* (presente do indicativo ativo), *legor* (presente do indicativo passivo).

¹² Participio presente ativo.

¹³ Infinitivo futuro ativo.

¹⁴ O radical dos verbos do perfectum é outro: *amau-*.

59. Non est ergo analogia, praesertim cum tantus numerus vocabulorum in eo genere interierit quod dicimus. In his verbis quae contraria non habent, <ut> loquor et venor, tamen dicimus loquens et venans, locuturus <et venaturus, locutus et venatus>, quod secundum analogias non est, quoniam dicimus loquor et venor, <non loquo et veno>, unde illa erant superiora; e<o> minus servantur, quod ex his quae contraria verba non habent alia efficiunt terna, ut ea quae dixi, alia bina, ut ea quae dicam: currens ambulans, cursurus ambulaturus: tertia enim praeteriti non sunt, ut cursus sum, ambulatus sum.

verbos desta espécie a palavra é feita a partir do tempo passado, como *amatus*, mas delas nenhuma forma é feita do presente e do futuro.

59. Logo, não há analogia, especialmente porque um grande número de palavras extinguiu-se nesta classe que mencionamos. Nesses verbos, que não têm formas contrárias¹⁵, como *loquor* (eu falo) e *uenor* (caçar)¹⁶, portanto nós dizemos *loquens* e *uenans*, *locuturus* e *uenaturus*, *locutus* e *uenatus*. Isto não concorda com analogia, desde que dizemos *loquor* e *uenor*, não *loquo* e *ueno*, donde vêm as formas dadas acima. Com relação a isso, a analogia é a menos preservada, porque alguns dos verbos que não têm as formas contrárias fazem três participios cada, como aqueles que eu nomeei, e os outros fazem somente dois cada, como os que agora vou nomear: *currens* e *ambulans*, *cursurus* e *ambulaturus*; as terceiras formas não

¹⁵ Por *contraria* entende-se as vozes ativa e passiva. Segundo Varrão, há três vozes: ativa, passiva e depoente. As duas primeiras são contrárias, isto é, uma apresenta o sentido oposto ou contrário da outra. (CORADINI, 1999, p. 496)

¹⁶ Verbos depoentes: em latim, esses verbos conjugam-se seguindo o paradigma dos passivos, mas têm sentido ativo.

existem no pretérito, como em *cursus sum*, *ambulatus sum*.

60. Ne in his quidem, quae saepius quid fieri ostendunt, servatur analogia: nam ut est a cantando cantitans, ab amando amitans non est et sic multa. Ut in his singularibus, sic in multitudinis: sicut enim cantitantes seditantes non dicuntur.

60. Mas a analogia não é preservada até mesmo naqueles que indicam que algo é feito com grande frequência; porque embora haja *cantitans* (que canta, cantante), de *cantare* (cantar), não há *amitans*¹⁷ de *amare* (amar), e muitas outras formas similares. A situação é a mesma nas formas de plural e naquelas de singular: pois são ditos *cantitantes* (os que cantam, cantantes), mas *seditantes* (os que sentam, “sentantes”) não são.

Varrão utiliza nesses três parágrafos um recurso presente em todo o livro VIII: ele apresenta uma classe de palavra, mostra o paradigma utilizado pelos analogistas para declinar as palavras pertencentes a essa classe e entra com um exemplo que não cabe nesse paradigma. Assim, vai provando, parágrafo a parágrafo, o equívoco de quem diz que é a analogia que rege a língua.

¹⁷ Pois há *amans* designando “que ama, amante”.

4 ANOMALIA

É possível perceber que, ao contrário do que dita o princípio da analogia, há palavras que fogem à regra e não seguem um paradigma flexional, e estas formas anômalas devem ser, portanto, memorizadas.

Como cita Robins (1983, p. 16), “a maioria das classes paradigmáticas nominais e verbais admitem exceções, membros irregulares, que não podem ser eliminados da lingüística por injunção dos gramáticos”.

Os anomalistas aproveitaram as exceções da língua para contra-atacar os argumentos dos analogistas. Eles sugeriram a irrelevância de regras e paradigmas e afirmaram que a irregularidade é mais comum na linguagem, pois “esta é uma criação perfeita e superior, que não se submete a regras que pretendam dirigir sua práxis”. (CORADINI, 1999, p. 462)

Os anomalistas eram geralmente estóicos, tradicionais estudantes da reflexão lingüística-filosófica. Eram partidários da teoria da origem natural da língua e desenvolveram a dialética, que acreditavam ser “a ciência do verdadeiro” (CORADINI, 1999, p. 461). Para eles, a natureza era o guia da própria existência do homem. (ROBINS, 1983, p. 15).

Para os estóicos, a sentença é a célula do discurso, a unidade lógica que se estrutura na frase, que é a unidade gramatical. Eles estudaram a gramática para aperfeiçoar a lógica formal e subsidiar a dialética (CORADINI, 1999, p. 461).

A partir do momento em que os estóicos encontraram anomalia na linguagem, houve, segundo Neves (1987, p. 95), “o registro de uma importante separação entre a questão da origem da linguagem e a de seu funcionamento”.

Como cita Robins (1983, p. 16-7), eles parecem ter argumentos mais convincentes enquanto não havia distinção entre flexão e derivação, e “ao rejeitar a equação ‘uma palavra, um significado’ (...), demonstraram notável compreensão da

estrutura semântica da lingüística: os significados das palavras não existem isoladamente e podem variar de acordo com a situação contextual”.

4.1 VARRÃO CONTRA O PRINCÍPIO DA ANOMALIA (*DE LINGUA LATINA*, LIVRO IX)

O livro IX expõe os argumentos dos analogistas alexandrinos, e o tom deles é mais moderado e proveitoso. Eles não negam a anomalia, mas acreditam que a analogia é predominante na língua. “Enquanto os anomalistas são intransigentes com a analogia, os analogistas abrem concessões à anomalia e argumentam de forma disciplinada e racional”, lembra Coradini (1999, p. 464). Porém, em alguns momentos, chegam a avaliar os anomalistas como “atrasados”:

“Quis est tam tardus qui illas quoque non animadverterit similitudines, quibus utimur in imperando, quibus in optando, quibus in interrogando, quibus in infectis rebus, quibus in perfectis, sic in aliis discriminibus?”¹⁸ (IX, 32)

E, como resposta ao argumento anomalista dos ‘dentes brancos de etíope’, os analogistas dizem:

“(…) et si in minore parte sit, tamen sit, nisi etiam nos calceos negabunt habere, quod in maiore parte corporis calceos non habeamus.”¹⁹ (IX, 45)

¹⁸ “Quem é tão atrasado que não observou também semelhanças que usamos nos comandos, as que usamos nos pedidos [modo imperativo], nas perguntas, nas coisas não acabadas [tempos do *infectum*] e nas coisas acabadas [tempos do *perfectum*], e semelhantemente nos outros grupos de palavras?” [Tradução minha]

¹⁹ “(…) e mesmo que existisse em menor parte, ainda existiria: caso contrário, eles fariam que nós não calçamos nenhum sapato, porque na maior parte do nosso corpo nós não usamos nenhum sapato.” [Tradução minha]

Coradini (1999, p. 471) lista os principais argumentos de analogistas e anomalistas da seguinte forma: para os primeiros, a anomalia é a exceção gramatical, que existe sim, mas não se nega, apesar de a analogia ser mais freqüente, já que é *similitudo* (semelhança) nos tipos de formação gramatical. Para os segundos, mais agressivos, a anomalia é a verdadeira lei da natureza, pois nela só existe o individual (não há dois seres semelhantes). Assim, é a *dissimilitudo* (diferença) a base da vida. É a anomalia que preside a arte, a moral e a linguagem, que tem por finalidade a utilidade. E eles vão além: afirmam que a analogia é uma quimera, que é inútil e prejudicial e só existe na imaginação dos analogistas.

4.2 DE LINGUA LATINA: TRADUÇÃO DOS PARÁGRAFOS 95-115 DO LIVRO IX

A seguinte tradução do livro IX serve como exemplo dos argumentos de Varrão contra o princípio da anomalia. Escolhi, como no livro VIII, um trecho que trata de verbos:

95. Quod ad nominatum analogia<m> pertinet, ita deli<q>uatum arbitror, ut omnia quae dicuntur contra ad respondendum ab his fontibus sumi possit.

LIII. Quod ad verborum temporalium rationem attinet, cum partes sint

95. O que é pertinente à analogia dos nomes julgo desta forma esclarecido, de forma que todas as coisas que foram ditas para responder estas objeções possam ser obtidas por essas fontes.²⁰

LIII. O que é relativo à disposição dos tempos dos verbos, cujas partes são quatro – tempos,

²⁰ Varrão encerra a parte em que trata de provar que existe analogia nos nomes, e dá início aos parágrafos em que trata dos verbos.

quattuor, tempora, personae, genera, divisiones, ex omni parte quoniam reprehendunt, ad singula respondebo.

LIV. 96. Primum quod aiunt analogias non servari in temporibus, cum dicant legi lego legam et sic simili<ter> alia: nam quae sint ut legi rem perfectam significare, duo reliqua lego et legam inchoatam, iniuria reprehendunt: nam ex eodem genere et ex divisione idem verbum, quod sumptum est, per tempora traduci <infecti> potest, ut discebam disco discam, et eadem perfecti, ut didiceram didici didicero.

LV. Ex quo licet scire verborum ratione<m> constare, sed eos, qui trium temporum verba pronuntiare velint,

peçoas, gêneros e divisões²¹ –, e uma vez que de toda parte para qualquer parte eles criticam, eu responderei a cada uma delas.

96. Primeiro, quanto a eles dizerem que as analogias não são preservadas nos tempos, pois dizem *legi* (eu li), *lego* (eu leio), *legam* (eu lerei) e da mesma forma outros verbos: pois quando dizem ser um erro que *legi* significa uma coisa terminada, e as outras duas, *lego* e *legam*, coisas começadas, tratam do assunto usando exemplos errados²²: pois o mesmo verbo que é extraído do mesmo grupo e da mesma divisão pode ser transferido pelos tempos do *infectum*²³, como *discebam* (eu aprendia), *disco* (eu aprendo), *discam* (eu aprenderei), e os mesmos tempos do *perfectum*²⁴, como *didiceram* (eu aprendera),

²¹ Para tempo temos, por exemplo, presente, futuro, perfeito; para pessoas, 1.^a, 2.^a e 3.^a do singular ou plural; para gêneros, masculino, feminino e neutro, e para divisões, os modos. É interessante a análise dessas divisões (modos) feita por Varrão: é aqui que começam a se delinear conceitos de indicativo, subjuntivo e imperativo.

²² É difícil uma tradução para a expressão *iniuria reprehendunt*. Ela não significa que os autores estão completamente errados ou cometem erros absurdos, mas algo como “remetem mal, injustamente; criticam com maus argumentos” (em latim, *iniuria*, *-ae*: ato contrário ao direito, injustiça, mal, dano; *reprehendo*, *-is*, *-ere*: remeter, retomar, criticar, condenar).

²³ I.e., tempos que denotam ações inacabadas. O *infectum* é um indicador de aspecto do sistema verbal latino e significa “não feito”. A este grupo pertencem os tempos que indicam ações não concluídas ou em procedimento, como o presente, o imperfeito e o futuro do presente.

²⁴ I.e., tempos que denotam ações acabadas. O *perfectum* é o outro indicador de aspecto e significa “feito”. Fazem parte deste grupo os tempos que indicam ações realizadas: perfeito, mais-que-perfeito e futuro perfeito.

<in>scienter id facere;

didici (eu aprendi), *didicero* (eu terei aprendido).

LV. Por causa disso, pode-se saber que existe a sistematicidade dos verbos, mas aqueles que querem pronunciar os verbos nos três tempos fazem isto de modo ignorante.

97. *item illos qui reprehendunt, quod dicamus amor amabor amatus sum: non enim debuisse in una serie unum verbum esse duplex, cum duo simplicia essent. Neque ex divisione si unius modi ponas verba, discrepant inter se: nam infecta omnia simplicia similia sunt, et perfecta duplicia inter se paria in omnibus verbis, ut haec amabar amor amabor, amatus <eram amatus sum amatus> ero.*

97. Da mesma forma, aqueles que criticam porque dizemos *amor* (eu sou amado), *amabor* (eu serei amado), *amatus sum* (eu fui amado): pois não deveria haver um verbo vindo de duas formas, enquanto os outros dois são formados por uma única.²⁵ Ainda que você escrevesse os verbos a partir da divisão de um único tipo, eles estariam em discrepância entre si: pois todas as formas do *infectum* são da mesma maneira vindas de um verbo, e as formas do *perfectum* são entre si vindas de dois, em todas as formas verbais e parecidas, como estas: *amabar* (eu estava sendo amado), *amor* (sou amado), *amabor* (eu serei amado), *amatus eram* (eu fora amado), *amatus sum* (eu fui amado), *amatus ero* (eu terei sido amado).

²⁵ Varrão opõe as formas *amor* e *amabor* a *amatus sum*. As primeiras são formadas a partir de um só verbo (*amo*, *-as*, *-are*) e a segunda a partir de dois (*amo*, *-as*, *-are* e o verbo *sum*, *-es*, *esse*).

98. Quare item male dicunt ferio feriam percussi, quod est ordo <ferio> feriam feriebam, percussi percussero percusseram. Sic deinceps in reliquis temporibus reprehendenti responderi potest.

LVI. 99. Similiter errant qui dicunt ex utraque parte verba omnia commutare syllabas oportere aut nullum, in his pungo pungam pupugi, tundo tundam tutudi: dissimilia enim conferunt, verba infecti cum perfectis. Quod si infecta modo conferrent, omnia verbi principia incommutabilia viderentur, ut in his pungebam pungo pungam et contra ex utraque parte commutabilia, si perfecta ponerent, ut pupugeram pupugi pupugero.

98. Portanto, da mesma forma, usam mal o exemplo *ferio* (eu bato), *feriam* (eu baterei), *percussi*²⁶ (eu bati), porque a ordem²⁷ é *ferio*, *feriam*, *feriebam* (eu faria), *percussi*, *percussero* (eu terei ferido). Logo, desta maneira, pode-se responder àqueles com relação a outros tempos.

LVI. 99. Erram de modo similar os que dizem que convém mudar em todos os verbos as sílabas em uma e outra parte ou em nenhum, como em *pungo* (eu atormento), *pungam* (eu atormentarei), *pupugi*²⁸ (eu atormentei), *tundo* (eu esmago), *tundam* (eu esmagarei), *tutudi*²⁹ (eu esmaguei): pois eles reúnem verbos dissimilares do *infectum* com verbos do *perfectum*. Pois se comparassem os não acabados, todas as raízes do verbo pareceriam imutáveis, como em *pungebam*, *pungo*, *pungam* e, por outro lado, mutáveis, se expõem os acabados com *pupugeram* (eu atormentara), *pupugi* (eu atormentei),

²⁶ O autor quer dizer que usam mal o exemplo de alguns perfeitos irregulares, pois eles são, na verdade, vindos de outros verbos. Na falta de um verbo para expressar o tempo perfeito, usa-se outro, mas este obedece ao paradigma dos perfeitos. Isto não seria, portanto, uma irregularidade total.

²⁷ A palavra *ordo*, no *De Lingua Latina*, designa as colunas e linhas de formas gramaticais em uma matriz morfológica e está mais próxima da relação com a categoria gramatical de número.

²⁸ Forma de perfeito em que há redobro de fonemas (alguns verbos repetem a sílaba inicial quando no perfeito).

²⁹ Idem.

LVII. 100. Item male conferunt fui sum ero, quod fui est perfectum, cuius series sibi, ut debet, in omnibus *partibus* constat, quod est fueram fui fuero; de infectis sum quod nunc dicitur olim dicebatur esum et in omnibus personis constabat, quod dicebatur esum es est, eram eras erat, ero eris erit; sic huiusce modi cetera servare analogiam videbis.

LVIII. 101. Etiam in hoc reprehendunt, quod quaedam verba neque personas habent ternas neque tempora terna: id imperite reprehendunt, ut si quis reprehendat naturam, quod non unius modi finxerit animalis omnis. Si enim natura non omnes formae verborum terna habent tempora, ternas personas, non habent totidem verborum divisiones. Quare cum imperamus, natura quod infecta <ver>ba solum

pupugero (terei atormentado).

LVII. 100. Da mesma forma errada reúnem *fui* (eu fui), *sum* (eu sou), *ero* (eu serei), porque *fui* é do *perfectum*, cujas séries são evidentes para si, como deve ser, em todas as partes, porque é *fueram* (eu fora), *fui* (eu fui), *fuero* (terei sido), no que se refere aos tempos do *infectum*, que agora é dito *sum*, em certa época era dito *esum*, e em todas as pessoas era evidente, porque era dito *esum*, *es*, *est*, *eram*, *eras*, *erat*, *ero*, *eris*, *erit*; desta forma você verá que os outros verbos deste modo preservam a analogia.

LVIII. 101. Eles também criticaram, pois, certos verbos que não possuem trios de pessoas nem três tempos: criticaram isto inabilmente, como alguém que critica a natureza porque ela não modelou todos os animais de uma única forma. Pois se a natureza não tem todas as formas de verbos em três tempos e três pessoas, as divisões dos verbos não têm precisamente o mesmo número³⁰. Por isso, quando damos uma ordem, é uma forma que na natureza só os

³⁰ Ou seja, 3.

habe<n>t, cum *aut* praesenti aut absenti imperamus, fiunt terna, ut lege legito legat: perfectum enim imperat nemo. Contra quae sunt *indicandi*, ut lego legis legit, novena fiunt verba infecti, novena perfecti.

LIX. 102. Quocirca non si genus cum genere discrepat, sed in suo quique genere si quid deest, requirendum. Ad haec addita si erunt ea quae de nominatibus supra sunt dicta, facilius omnia solventur. Nam ut illic externi<s> caput rectus casus, sic hic in forma est persona eius qui loquitur et tempus praesens, ut scribo lego.

tempos do *infectum* têm, como damos uma ordem a uma pessoa que está presente ou ausente, fazem três formas, como *lege*³¹ (lê/leia), *legito*³² (que ele leia), *legat*³³ (leia): pois ninguém ordena uma coisa já feita. Por outro lado, aquelas que são formas de indicar³⁴, como *lego*, *legis*, *legit*, fazem nove formas verbais do *infectum* e nove do *perfectum*.

102. Porque não se deve perguntar se um grupo difere do outro grupo, mas se há algo que falta em cada grupo. Se a estas coisas forem adicionadas aquelas que foram ditas acima sobre os nomes, todas as coisas serão facilmente resolvidas. Pois como no caso reto³⁵ está a fonte para os derivativos, da mesma maneira a fonte essencial está na forma da pessoa que fala e o tempo presente, como *scribo* (eu escrevo) e *lego* (eu leio).³⁶

³¹ Imperativo presente

³² Imperativo futuro

³³ Presente do subjuntivo

³⁴ É a primeira tentativa de nomear os modos. Como já foi falado na nota 18, Varrão insinua essas três *diuisiones*, que entendemos hoje por modos. Neste caso, *quae sunt indicandi* (aquelas que são formas de indicar) remetem-nos ao modo indicativo.

³⁵ Varrão entende como *rectus casus* a forma reta da qual se originam outras.

³⁶ Ou seja, a fonte da qual surgem outras formas é a primeira pessoa do presente indicativo ativo. Nos dicionários, encontramos esta forma em primeiro lugar quando procuramos um verbo. A entrada dos nomes no dicionário aparece com duas formas: nominativo, genitivo. Já a dos verbos aparece com cinco formas: primeira pessoa do presente indicativo ativo, segunda pessoa do presente indicativo ativo,

103. Quare ut illic fit, si hic item acciderit, in formula ut aut caput non sit aut ex alieno genere sit, proportione eadem quae illic dicimus, cur nihilominus servetur analogia. Item, sicut illic caput suum habebit et in obliquis casibus transitio erit in ali<am> quam formulam, qua assumpta reliqua facilius possint videri verba, unde sint declinata [fit enim, ut rectus casus nonnunquam sit ambiguous], ut in hoc verbo volo, quod id duo significat, unum a voluntate, alterum a volando; itaque a volo intellegimus et volare et velle.

LX. 104. Quidam reprehendunt, quod pluit et luit dicamus in praeterito et praesenti tempore, cum analogiae sui

103. Portanto, como acontece lá³⁷, acontecerá aqui³⁸ da mesma forma, na fórmula como a fonte não está ou está em um grupo diferente, dizemos aqui na mesma proporção aquilo que dissemos lá, porque a analogia, todavia, é preservada. Assim, da mesma forma que lá³⁹ tinha sua fonte e nos casos oblíquos terá uma transição para outra forma, a qual pode ser mais facilmente vista de quais palavras são derivadas [pois acontece de o caso reto às vezes ser ambíguo], como no verbo *volo*, porque ele significa duas coisas, um significa ter vontade, querer e outro voar⁴⁰, e assim reconhecemos tanto *volare* (voar) quanto *velle* (querer).⁴¹

104. Certas pessoas criticam que dizemos *pluit* (choveu) e *luit* (soltou) no tempo pretérito e presente, embora as regularidades⁴²

infinitivo, primeira pessoa do perfeito do indicativo e supino ou, em alguns dicionários, primeira pessoa do perfeito do indicativo, supino e infinitivo.

³⁷ “Lá”, quando foi falado sobre os nomes, no trecho anterior ao desta tradução.

³⁸ “Aqui”, quando fala-se dos verbos.

³⁹ Lá: acima, quando tratava dos nomes.

⁴⁰ Aqui há a distinção entre: *volo*, *vis*, *velle*, *volui* (ter vontade, querer) e *volo*, *volas*, *volare*, *volavi*, *volatum* (voar).

⁴¹ Quando a primeira pessoa do presente do indicativo, ou seja, o caso reto, for ambíguo, torna-se necessário saber as outras formas para desfazer essa ambigüidade. Só a segunda pessoa do presente do indicativo ativo já resolve, pois informa que o verbo é irregular (*vis*) ou regular, da primeira conjugação (*volas*).

⁴² Analogia

cuiusque temporis verba debeant discriminare. Falluntur: nam est ac putant aliter, quod in praeteritis U dicimus longum pluit <luit>, in praesenti breve pluit luit: ideoque in lege venditionis fundi "ruta caesa" ita dicimus, ut U producamus.

LXI. 105. Item reprehendunt quidam, quod putant idem esse sacrifico et sacrificor, lavat et lavatur; quod sit an non, nihil commovet analogian, dum sacrifico qui dicat servet sacrificabo et sic per totam formam, ne dicat sacrificatur aut sacrificatus sum: haec enim inter se non conveniunt.

106. Apud Plautum, cum dicit:

Piscis ego credo qui usque dum
vivunt
[lavant
Diu minus lavari quam haec lavat

devam distinguir as formas de cada um dos tempos. Enganam-se: pois é o contrário do que julgam, porque dizemos *pluit* e *luit* com U longo nos pretéritos, e no presente dizemos com U breve: é por isso que, na lei das vendas, é estabelecido *ruta caesa*⁴³ como dizemos, com U alongado.

105. Da mesma maneira, criticam quando julgam, da mesma forma, ser *sacrifico* (eu sacrifico) e *sacrificor* (sou sacrificado), *lavat* (ele banha) e *lavatur* (ele é banhado), porque se é assim ou não, nada modifica a analogia, contanto que quem diga *sacrifico* mantenha *sacrificabo* (eu sacrificarei) e assim por todo o paradigma, e não diga *sacrificatur* ou *sacrificatus sum*: pois estas formas não estão de acordo entre si.

106. Em Plauto, quando diz:

Eu creio que os peixes que se
[lavam continuamente
[enquanto vivem
O dia todo estão no banho menos

⁴³ *Ruta caesa* (*ruo*, *caedo*): bens móveis que o vendedor de um imóvel excetua da venda – termo jurídico.

[Phronesium,

ad lavant lavari non convenit, ut *I* sit postremum, sed *E*; ad lavantur analogia lavari reddit: quod Plauti aut librarii mendum si est, non ideo analogia, sed qui scripsit est reprehendendus. Omnino et lavat et lavatur dicitur separatim recte in rebus certis, quod puerum nutrix lava<t>, puer a nutrice lavatur, nos in balneis et lavamus et lavamur.

107. Sed consuetudo alterum utrum cum satis haberet, in toto corpore potius utitur lavamur, in partibus lavamus, quod dicimus lavo manus, sic pedes et cetera. Quare e balneis non recte dicunt lavi, lavi manus recte. Sed quoniam in balneis lavor lautus sum, sequitur, ut contra, quoniam est soleo, oportet<a>t dici solui, ut Cato et Ennius scribit, non ut dicit volgus, solitus sum, debere dici;

[do que se lava Fronésio⁴⁴

lavant (eles banham) não tem ligação com *lavari* (estão no banho) com *I* no final em vez de *E*; a analogia leva a *lavari* de *lavantur*: porque se o erro é de Plauto ou do copista, por isto não a analogia, mas quem escreveu é que deve ser criticado. Em geral, tanto *lavat* quanto *lavatur* são ditos separadamente com razão em coisas fixadas, porque a ama *lavat* (banha) a criança, a criança *lavatur* (é banhada) pela ama, e nós nos quartos de banho tanto *lavamus* (banhamos) quanto *lavamur* (somos banhados).

107. Mas se o hábito utilizasse suficientemente um com o outro, em todo o corpo, de preferência, é utilizado *lavamur*, e nas partes do corpo *lavamus*, porque dizemos lavo as mãos, da mesma forma os pés e outros. Por isso, quanto aos quartos de banhos não está certo quando dizem *lavi* (eu banhei), mas estão certos quando dizem *lavi* (eu lavei) minhas mãos. Mas desde que nos quartos de banhos há *lavor* (eu banho), *lautus sum* (eu

⁴⁴ *Phronesium*: neutro. Nome de mulher.

neque propter haec, quod discrepant in sermone pauca, minus est analogia, ut supra dictum est.

LXII. 108. Item cur non sit analogia, *afferunt*, quod ab similibus similia non declinentur, ut ab *dolo* et *colo*: ab altero enim dicitur *dolavi*, ab altero *colui*; in quibus assumi solet aliquid, quo facilius reliqua dicantur, ut i<n> Myrmecidis operibus minutis solet fieri: igitur in verbis temporalibus, quo<m> similitudo saepe sit confusa, ut discerni nequeat, nisi transieris in aliam personam aut in tempus, quae proposita sunt no<n e>sse similia intellegitur, cum transitum est in secundam personam, quod alterum est *dolas*, alterum *colis*.

banhei), segue que, ao contrário, desde que há *soleo* (eu estou acostumado), deve-se dizer *solui* (eu estive acostumado), como Catão⁴⁵ e Ênio⁴⁶ escrevem, e não como as pessoas dizem, *solitus sum*, nem por causa destas coisas, porque não estão de acordo em poucas vezes na fala, a analogia é menor, como eu disse acima.

108. Da mesma forma, porque não haja analogia, eles apresentam, porque formas semelhantes não são derivadas de semelhanças, como no caso de *dolo* (eu lavro) e *colo* (eu cultivo): pois de um diz-se *dolavi* (eu lavrei) e de outro *colui* (eu cultivei);⁴⁷ nos quais algo não costuma ser tomado para que sejam ditas mais facilmente, como nos pequenos trabalhos de Myrmecidis costuma ser feito: assim, nos tempos verbais, já que a semelhança é muitas vezes confusa, e a distinção não pode ser feita, a não ser se passando para outra pessoa ou outro tempo, você percebe que as palavras não são

⁴⁵ Catão, o Antigo ou o Censor (243 a.C.-143 a.C.): estadista, cônsul e censor, escreveu livros para a educação dos jovens, sobre agricultura e história.

⁴⁶ Ênio (239-169 a.C.): poeta, escritor de obras variadas.

⁴⁷ *Dolo, dolas, dolare, dolavi, dolatum*: primeira conjugação; *colo, colis, colere, colui, cultum*: 2.^a conjugação. O paradigma de formação do perfeito, para a primeira conjugação, é *-avi*.

109. Itaque in reliqua forma verborum suam utr<um>que sequitur formam. Utrum in secunda <persona> forma verborum temporalis<um> habeat in extrema syllaba AS <an ES> an IS a<u>t IS, ad discernendas similitudines interest: quocirca ibi potius index analogiae quam in prima, quod ibi abstrusa est dissimilitudo, ut apparet in his meo, neo, ruo: ab his enim dissimilia fiunt transitu, quod sic dicuntur meo meas, neo nes, ruo ruis, quorum unumquodque suam conservat similitudinis formam.

LXIII. 110. Analogiam item de his quae appellantur participia reprehendunt

parecidas quando a passagem para a segunda pessoa é feita, porque em um é *dolas*, e na outra *colis*.⁴⁸

109. Da mesma maneira, nas outras formas dos verbos cada um segue a sua forma. Se na segunda pessoa a forma dos verbos tem na sílaba final AS ou ES ou ĪS ou ĪS, está presente para distinguir as semelhanças: por isso a marca de analogia está na segunda pessoa e não na primeira pessoa⁴⁹, porque na primeira as diferenças são escondidas, como ocorrem em *meo* (eu vou), *neo* (eu costuro), *ruo* (eu caio): pois esses desenvolvem formas diferentes pela transmissão da primeira para a segunda pessoa, porque diz-se assim: *meo*, *meas*⁵⁰, *neo*, *nes*⁵¹, *ruo*, *ruis*,⁵² e cada um deles conserva sua forma de semelhança.

LXIII. 110. Dessa forma, muitos criticam a irregularidade sobre aqueles que chamam de

⁴⁸ Logo, não há anomalia, pois os verbos citados pertencem a conjugações diferentes. Cada um segue o paradigma de sua declinação.

⁴⁹ Como afirmei na nota 31, a segunda pessoa desfaz a ambigüidade, já que a primeira pode ser ambígua e não diz por si só a que conjugação pertence.

⁵⁰ Primeira conjugação.

⁵¹ Segunda conjugação.

⁵² Terceira conjugação.

multi; iniuria: nam non debent dici terna ab singulis verbis amaturus amans amatus, quod est ab amo amans et amaturus, ab amor amatus. Illud analogia quod praestare debet, in suo quicque genere habet, casus, ut amatus amato et amati amatis; et sic in muliebribus amata et amatae; item amaturus eiusdem modi habet declinationes, amans paulo aliter; quod hoc genus omnia sunt in suo genere similia proportione, sic virilia et muliebria sunt eadem.

LXIV. 111. De eo quod in priore libro extremum est, ideo non es<se> analogia<m>, quod qui de ea scripserint aut inter se non conveniant aut in quibus conveniant ea cum consuetudinis

participios; injustiça⁵³, pois não devem dizer que os três participios vêm do das mesmas palavras, como *amaturus* (prestes a amar), *amans* (amando), *amatus* (amado), porque *amans* e *amaturus* vêm de *amo* (eu amo) e *amatus* de *amor* (sou amado). A analogia, porque deve responder, cada um tem sua própria classe, têm casos e gêneros, como *amatus*⁵⁴, *amato*⁵⁵, e *amati*⁵⁶, *amatis*⁵⁷ e assim no feminino *amata*⁵⁸, *amatae*⁵⁹. Da mesma forma, *amaturus* tem suas declinações, *amans* é um pouco diferente; porque todas as palavras desse tipo têm semelhança proporcional em sua classe, assim, as formas para masculino e feminino são as mesmas.

LXIV. 111. Sobre aquele último argumento no livro anterior, de não haver analogia porque os que escreveram sobre isso não concordam entre si ou nas coisas que concordam variam com palavras de uso, cada

⁵³ Volto a lembrar aqui da dificuldade de traduzir o termo (*vide* nota 19).

⁵⁴ Nominativo singular.

⁵⁵ Dativo singular.

⁵⁶ Nominativo plural.

⁵⁷ Dativo plural.

⁵⁸ Nominativo singular.

⁵⁹ Nominativo plural, genitivo singular ou dativo singular.

discrepent verbis, utrumque <est leve>: sic enim omnis repudiandum erit artis, quod et in medicina et in musica et in aliis multis discrepant scriptores; item in quibus conveniunt *in scriptis*, si e<a> tam repudiat natura: quod ita ut dicitur non sit ars, sed artifex reprehendendus, qui <dici> debet in scribendo non vidisse verum, non ideo non posse scribi verum.

112. Qui dicit hoc monti et hoc fonti, cum alii dicant hoc monte et hoc fonte, sic alia quae duobus modis dicuntur, cum alterum sit verum, alterum falsum, non uter peccat tollit analogias, sed uter recte dicit confirmat; et quemadmodum is qui peccat in his verbis, ubi duobus modis dicuntur, non tollit rationem cum sequitur falsum, sic etiam in his <quae> non duobus dicuntur, si quis aliter putat dici oportere atque oportet, non scientiam tollit orationis, sed suam

um deles tem pouco peso: pois assim toda arte deverá ser repudiada, porque na medicina e na música e em muitas outras os escritores discordam; dessa forma deve ser nos assuntos que concordam nos escritos, se a natureza repudiar as conclusões deles. Porque assim, como é dito, não é a arte, mas o artista que deve ser repreendido, que deve dizer se não viu verdade no escrever, não se pode dizer que a verdade não pode ser escrita.

112. Quem diz *hoc monti*⁶⁰ (neste monte) e *hoc fonti*⁶¹ (nesta fonte), enquanto outros dizem *hoc monte*⁶² e *hoc fonte*⁶³, da mesma forma que outras palavras são ditas de duas formas⁶⁴, uma é correta e outra é errada, ainda que quem erra não esteja destruindo as regularidades, mas aquele que fala corretamente confirma; e do mesmo modo que aquele que erra nessas palavras que são ditas de dois modos, não destrói o sistema quando segue a forma errada, assim, também naquelas que não são ditas de duas formas, se

⁶⁰ Ablativo singular.

⁶¹ Idem.

⁶² Outra forma possível de ablativo singular.

⁶³ Idem.

⁶⁴ Na terceira declinação, os imparassilábicos como *mons, montis* e *fons, fontis*, e outros que possuem no radical as duas últimas consoantes consecutivas, fazem ablativo em -i ou -e.

inscientiam denudat.

LXV. 113. Quibus rebus solvi arbitraremur posse quae dicta sunt priori libro contra analogian, ut potui brevi percucurri. Ex quibus si id confecissent quod volunt, ut in lingua Latina esset anomalia, tamen nihil egissent ideo, quod in omnibus partibus mundi utraque natura inest, quod alia inter se <similia>, alia <dissimilia> sunt, sicut in animalibus dissimilia sunt, ut equus bos ovis homo, item alia, et in uno quoque horum genere inter se similia innumerabilia. Item in piscibus dissimilis muraena lupo, is soleae, haec *muraenae* et mustelae, sic aliis, ut maior ille numerus sit similitudinum earum quae sunt separatim in muraenis, separatim in asellis, sic in generibus aliis.

uma pensa que deve ser dita de outra maneira, não destrói a ciência do discurso, mas expõe sua falta de conhecimento.

LXV. 113. As coisas contra a regularidade foram resolvidas no livro anterior, como pude brevemente percorrê-las. Pelos seus argumentos, se eles alcançaram o que queriam, como na língua latina deveria haver anomalia, contudo não teriam realizado nada por este motivo, porque em todas as partes do mundo, ambas estão presentes na natureza⁶⁵, porque umas coisas são similares entre si e outras são diferentes, assim como há diferenças nos animais, como cavalo, boi, ovelha, homem, assim como em outros, e em cada um também há inumeráveis deles que são similares entre si. Da mesma maneira, entre os peixes existem diferenças, como a moréia é diferente do lobo-marinho⁶⁶, o linguado, estas moréias e doninhas, assim com outros, apesar de que o número dessas diferenças seja ainda maior, as coisas que existem separadamente entre as moréias, entre

⁶⁵ Analogia e anomalia.

⁶⁶ Outra tradução possível para *lupus*, *-i*.

114. Quare cum in inclinationibus verborum numerus sit magnus a dissimilibus verbis ortus, quod etiam vel maior est in quibus similitudines reperiuntur, confitendum est esse analogias. Itemque cum ea non multo minus quam in omnibus verbis patiatur uti consuetudo communis, fatendum illud quoque *m<o>*do analogian sequi nos debere universos, singulos autem praeterquam in quibus verbis offensura sit consuetudo *co<m>*munis, quod ut dixi aliud debet praestare populus, aliud e populo singuli homines.

115. Neque id mirum est, cum singuli quoque non sint eodem iure: nam liberius potest poeta quam orator sequi analogias. Quare cum hic liber id quod pollicitus est demonstraturum absolverit, faciam finem; proximo

os peixes do mar⁶⁷, e da mesma forma em outras classes.

114. Embora nas derivações das palavras o número das não parecidas seja grande, o número daquelas nas quais as semelhanças são encontradas ainda é maior, por isso deve-se admitir que existem regularidades. E, dessa forma, desde que o uso geral nos permita seguir o princípio da regularidade em quase todas as palavras, devemos admitir que temos que seguir em conjunto a regularidade de todas as maneiras e também individualmente, a não ser em palavras que ofendem alguns, porque, como eu disse, o povo deve seguir um padrão e os indivíduos outro.

115. E isto não é de se admirar, já que nem todos os indivíduos têm os mesmos direitos: pois o poeta pode mais livremente seguir as analogias que o orador.⁶⁸ Por isso, já que este livro completou a exposição a qual se propôs, farei um final; em seguida, no próximo livro,

⁶⁷ *Asellus*, -i é traduzido por “peixes do mar” ou “certo peixe”.

⁶⁸ Fica aqui uma dúvida: não teria o orador o costume de seguir o uso comum e o poeta a liberdade de expressão? Varrão diz exatamente o contrário nesse trecho.

deinceps de declinatorum verborum escreverei sobre a forma das palavras
forma scribam. declinadas.

Ao longo desses 21 parágrafos, Varrão pretende, ao contrário do que fez no livro VII, criticar os anomalistas que usam exemplos errados quando tentam provar que a analogia não existe. Varrão prova, nestes parágrafos que tratam de verbos, que ela existe e não deve ser descartada.

5 SOLUÇÃO DE VARRÃO PARA O EMBATE ANALOGIA *VERSUS* ANOMALIA

Após citar exemplos encontrados na língua latina de analogia e anomalia, chega-se à conclusão de que ambos os princípios devem ser aceitos, num esquema de discussão antitético que lembra os diálogos de Platão.

Em síntese, o autor conclui:

“(...) quod in declinatione uoluntaria sit anomalia, in naturali magis analogia.”⁶⁹ (VIII, 23)

Em Epicuro (*apud* ROBINS, 1983, p. 15), já era possível ver uma posição intermediária: ele acredita que as formas das palavras surgiram naturalmente, mas foram modificadas por convenção.

Após a leitura dos livros VIII e IX, observa-se que os anomalistas e os analogistas não conseguiram entrar num acordo, e o debate morfológico, como afirma Coradini (1999, p. 472), “apesar de oferecer uma leitura interessante pelo tipo de argumentação, parece cair no vazio das palavras face a seu conteúdo”, como observa o próprio Varrão:

“Quare quoniam fit ut potius de vocabulo quam de re controversia esse videatur.”⁷⁰ (X, 6)

Varrão faz-se, portanto, no livro X, “árbitro competente” (CORADINI, 1999, p. 473) que resolve a querela através da sua nova doutrina conciliatória. O

⁶⁹ “(...) porque na declinação voluntária há a anomalia, e na declinação natural mais analogia.” [Tradução minha]

⁷⁰ “Desde que isso acontece, a questão em disputa é mais sobre o nome que sobre a coisa.” [Tradução minha]

esquema de tese-antítese tem o objetivo de causar no leitor uma expectativa de resolução por meio da síntese: ambos os princípios coexistem no mundo, pois, na natureza, os primeiros elementos operam de forma dupla e antitética.

Segundo Coradini (1999, p. 473),

(...) daí em diante, e em tese, a querela não teria mais razão de existir. Será apenas necessário delimitar a área de atuação de cada um desses princípios, isto é, o *simile* e o *dissimile*, a norma e a exceção, a regra e o uso. Ver-se-á que entre a analogia e a anomalia há mais afinidades do que se pensa, porque ambas nascem do uso.

Varrão apresenta esta conclusão nos trechos que seguem:

“(...) quod consuetudo et analogia coniunctiores sunt inter se quam iei credunt, quod est nata ex quadam consuetudine analogia et ex hac consuetudine item anomalia. (...)”⁷¹ (IX, 2-3)

“(...) quare quod> consuetudo ex dissimilibus et similibus verbis eorumque declinationibus constat, neque anomalia neque analogia est repudianda, nisi si non est homo ex anima, quod est ex corpore et anima. (...)”⁷² (IX, 3)

Pretendendo solucionar o impasse, o autor revela sua teoria da expansão do léxico, realizada sobre o repertório de palavras primitivas. Como explica Coradini (1999, p. 473-4), “a questão centraliza-se na criação de palavras por derivação”, o que nos leva a uma *impositio* secundária, isto é, destinada à criação de novas palavras.

⁷¹ “(...) porque o uso e a analogia estão mais unidas uma com a outra do que eles julgam. Pois a analogia nasceu de um certo uso na fala, e também desse uso nasceu a anomalia. (...)” [Tradução minha]

⁷² “(...) Desde que o uso consiste em palavras similares e diferentes e suas formas derivativas, nem anomalia nem analogia devem ser rejeitadas, ao menos que o homem não tenha alma porque ele é feito tanto de corpo como de alma. (...)” [Tradução minha]

É aqui que Varrão distingue *declinatio voluntaria* da *declinatio naturalis*. Eis a distinção nas palavras de Coradini (1999, p. 174):

A flexão voluntária é a forma primeira de um derivado, como no exemplo: *fagus* (faia) > *Fagutal* (lugar situado no Monte Esquilino). *Fagus* é a palavra simples e primitiva (*primigenia*), pré-existente no léxico, criada numa primeira *impositio* por um remoto *impositor*. *Fagutal*, a derivada, resulta de uma *impositio* secundária. O criador da derivada é que aplica essa forma inicial, sempre em caso reto. É forma voluntária porque se origina de um capricho do falante, isto é, de sua liberdade e criatividade, características essenciais do princípio da anomalia. A *declinatio naturalis* (flexão natural), apresenta dois aspectos: o flexivo-desinencial e o derivativo e seus desdobramentos:

a) flexivo-desinencial – nominal-casual: *Roma* > *Romae*

verbal: *lego* > *legis, legit, legam*

b) derivativo: prefixal: prefixal: *cedo* > *processit, recessit...*

sufixal: *turdus* > *turdarium*

O paradigma flexional, portanto, não depende mais da vontade do falante. Para Coradini (1999, p. 474), “tal operação se baseia na *ratio* ou *proportio* ou *similitudo*, que caracterizam a analogia”.

6 CONCLUSÃO

Sabe-se que os gregos e latinos contribuíram de forma significativa com os estudos gramaticais, fato pelo qual muitas das discussões que se originaram naquela época perduram até hoje nos estudos gramaticais.

Ainda se discute sobre regras e paradigmas *versus* uso, mas não da mesma forma como faziam os escritores da Antigüidade, até porque muitas das dúvidas deles já foram respondidas e tornaram-se conceitos muito claros para nós.

Trechos desses estudos antigos que não chegaram na sua totalidade até nós, servem como documentos históricos e têm extrema importância para o entendimento de como esses autores pensavam a língua. Daí a importância da tradução e dissecação de tais textos, que são as bases do pensamento lingüístico ocidental.

São de grande relevância os registros que deixa Varrão no *De Lingua Latina*, obra que contém pensamentos iniciais sobre conteúdos gramaticais que foram posteriormente estabelecidos. Como pôde-se ver nos trechos traduzidos, o autor começa a delinear conceitos como modos e vozes verbais, flexão e derivação, imposição, *infectum e perfetcum* etc.

No caso da dicotomia analogia-anomalia, os registros mostram claramente os dois lados e, no caso da obra de Varrão, permite desfazer o confronto e oferecer uma solução, que, neste caso, é conciliatória. Como lembra Robins (1983, p. 14-5),

A importância da controvérsia se deve ao papel que desempenhou no desenvolvimento inicial da teoria lingüística e ao estímulo que deu para o exame mais detalhado da lingüística grega. Ao defender ou atacar um dos lados do debate, as pessoas foram levadas a olhar mais de perto as estruturas, os significados e os padrões formais das palavras. Nessas investigações está o início de uma meticulosa análise lingüística.

REFERÊNCIAS

CORADINI, Heitor. **Metalinguagem na obra De Lingua Latina de Marcos Terêncio Varrão**. Tese de doutorado. São Paulo: USP-FFLCH-DLCV, 1999.

KENT, R. G. **Varro - On the latin language**: books V-VII. Trad. Roland G. Kent. Harvard University Press: London, 1999.

_____. **Varro - On the latin language**: books VIII-X. Trad. Roland G. Kent. Harvard University Press: London, 1999.

NEVES, M. H. de M. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: Hucitec, 1986.

PEREIRA, M. A. **Quintiliano gramático**: o papel do mestre de gramática na *Institutio oratoria*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2000.

ROBINS, R. H. **Pequena história da lingüística**. Trad.: Luiz Martins Monteiro. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.